

EIXO 3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: D 3.2 – Administração Pública Brasileira (24h)

(Aula 5: Nova Gestão Pública no Brasil)

Professor: Eduardo Granha Magalhães Gomes

2 a 4 de fevereiro de 2012



Nova Gestão Pública no Brasil: CF 88 e reforma dos anos FHC

ENAP, 2012

Eduardo Granha Magalhães Gomes

Constituição Federal de 1988 – aspectos positivos

- “Completar a revolução burocrática” ou “consolidar a burocracia weberiana”!
- instauração do princípio do concurso público universalizado (art. 37)
- “*accountability*”: papel do Ministério Público, controle social (conselhos de políticas públicas, plebiscitos, referendos)
- descentralização – município como ente federativo; SUS

Constituição Federal de 1988 – aspectos negativos

- “Completar a revolução burocrática” ou “consolidar a burocracia weberiana”!
- Vinculação entre autoritarismo e centralização
- Proliferação de municípios em uma federação não cooperativa e descoordenada
- Conquista da estabilidade automática pelos funcionários anteriores
- Regime previdenciário do setor público insustentável
- Regime Jurídico Único

A Reforma dos anos FHC

Diagnóstico:

- Crise do Estado de Bem Estar Social
- Crise do Modo de Intervenção
- Crise da Forma de Administração do Estado



Ajuste Fiscal
Mudança Institucional

Setores	Forma de propriedade			Forma de administração		
	Estatal	Pública não estatal	Privada	Burocrática	Gerencial	
Núcleo estratégico Legislativo Judiciário Presidência Cúpula dos ministérios	⊗				⊗	
Atividades exclusivas do Estado Polícia Regulamentação Fiscalização Fomento Seguridade Social Básica	⊗					⊗
Serviços não exclusivos Universidades Hospitais Centros pesquisa Museus	publicização	⊗				⊗
Produção para o mercado Empresas estatais		privatização	⊗			⊗

Ajuste fiscal

- Privatizações (desde Collor), incluindo bancos e empresas estaduais
- Desvinculação das Receitas da União (DRU), antigo FSE
- Renegociação das dívidas dos Estados
- PROER
- Lei de Responsabilidade Fiscal

Mudanças institucionais

- **Eficiência é guindada a princípio constitucional**
- Reforma da Previdência
- Flexibilização do RJU – (caiu ADIN)
- Flexibilização normativa da estabilidade do funcionário público: vincula ao desempenho, ao excesso de despesa.
- Fortalecimento do funcionalismo do núcleo estratégico do Estado – concursos, salários, carreira – PF, Receita
- Fortalecimento do controle sobre pessoal (SRH)

Mudanças institucionais (2)

- Cria a figura da OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- Modelo das Agências Executivas e Contratos de Gestão
- Modelo das Organizações Sociais (OS)
- Implantação das Agências Reguladoras Independentes (ARI)

Síntese do ajuste fiscal:

- Estabilização da moeda e redução da inflação
- Moralidade fiscal
- Equacionamento das dívidas interna e externa
- Baixo crescimento do PIB
- Distorção tributária: carga crescente, regressiva e desvinculada do encargo pelas políticas públicas

Síntese da reforma institucional:

- Insucesso, no âmbito federal, na tentativa de mudança para o paradigma gerencial devido à “falsa” oposição entre a lógica fiscal, de controle sobre os meios, e a lógica gerencial de flexibilidade e orientação a resultados
- Além das criações institucionais (ARI, OS, ...), sucesso na disseminação do debate sobre eficiência, gestão e flexibilidade gerencial no setor público

Governo Lula

- Parceria Público Privada (PPP – 1ª em 2010)
- Reforma da Previdência do Setor Público – ainda não regulamentada
- Esvaziamento / politização das agências reguladoras
- GESPUBLICA
- Carta de Serviços (Dec. 6.932/2009)
- Valorização salarial do servidor público
- Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)